
O monitoramento da cadeia de fornecedores de gado no Cerrado – uma necessária agenda em expansão

Outubro/2021



GOOD
GROWTH
PARTNERSHIP



proforest

imaflora®



mensagens-chave

- ✓ O Protocolo Voluntário de Monitoramento de Fornecedores de Gado no Cerrado (Protocolo do Cerrado) joga luz à necessária estruturação de uma governança setorial para alcançar um acordo comum. Todavia, o Protocolo do Cerrado é apenas a peça inicial deste quebra-cabeça e demanda novos alinhamentos para uma efetiva integração da cadeia de valor.
- ✓ A sobreposição de áreas privadas em áreas públicas, ainda que existentes no bioma Cerrado, ocorre de forma concentrada em um pequeno número de imóveis rurais privados, alcançando menos de 1% dos imóveis rurais com pastagem no bioma Cerrado². A predominância é para sobreposição com imóveis rurais grandes no caso de Terras Indígenas e Unidades de Conservação – Proteção Integral, e imóveis rurais pequenos para Unidades de Conservação – Uso Sustentável e Territórios Quilombolas.
- ✓ O desmatamento no bioma Cerrado na cadeia de abastecimento da pecuária apresenta importante magnitude: aproximadamente 69% do desmatamento, o que coloca a pecuária bovina em papel central na mudança do uso do solo do bioma¹. Ações assertivas e de inclusão do setor produtivo serão fundamentais para uma efetiva implementação de um acordo setorial.
- ✓ A regularização ambiental dos imóveis rurais privados é fundamental para o estabelecimento e viabilização de uma cadeia de pecuária responsável, que promova segurança às partes envolvidas e interessadas no que tange aos riscos socioambientais. É imprescindível que o Estado promova avanços contínuos e significativos nessa agenda.

Empresas líderes na cadeia de valor da carne já possuem compromissos para o Cerrado

A despeito de todos avanços na cadeia da pecuária responsável na Amazônia, conhecendo e monitorando sua cadeia de fornecimento de gado bovino para o abate em sucessivos e contínuos processos de diálogo e negociação desde o final da primeira década do século XXI (ver https://www.beefontrack.org/boinalinha_info_n_2.pdf), frigoríficos localizados no bioma Cerrado ou, ainda, que apenas abatem animais desse bioma, não necessariamente monitoram os aspectos socioambientais, como o desmatamento, produção em áreas protegidas e produtividade das fazendas fornecedoras.

Contudo, as principais empresas da indústria da carne e de redes de varejo com atuação no Brasil anunciaram nos recentes anos compromissos com o bioma Cerrado e a produção responsável de carne. Essa constatação pode ser observada quando JBS e Minerva estabeleceram prazos para eliminar o desmatamento ilegal no bioma (2025 e 2030, respectivamente) e Marfrig o prazo para eliminar todo desmatamento (2030) de sua cadeia de fornecimento. Muitas vezes os compromissos são puxados pelas agendas e compromissos previamente definidos por empresas do varejo, como McDonald's (2020) e Mars (2025) em anos anteriores. Esses resultados são provenientes das análises preliminares realizadas para o desenvolvimento do *Protocolo Voluntário de Monitoramento de Fornecedores de Gado no Cerrado*, cuja versão inicial foi anunciada nas celebrações do Dia Nacional do Cerrado em 2021 e que deve ser a base para o desenvolvimento de um Protocolo Unificado para o Cerrado. (<https://www.cerradoprotocol.net/>).

A viabilização para se implementar compromissos para o Cerrado deve tomar como referência os aprendizados advindos de todo processo executado e em curso na Amazônia, procurando manter alinhamento em relação às práticas adotadas, mas também em relação à construção de um ambiente de diálogo e governança que permita viabilizar o atingimento das metas estabelecidas pelas partes. Tudo isso, diante de um cenário de Emergência Climática, que prevê para a região central do Brasil elevação da temperatura em até 5,5 °C e redução de até 30% das chuvas neste século, o que acarretará em um potencial impacto no agronegócio brasileiro (IPCC AR6 WGI).

¹ De acordo com os dados processados das bases de dados: Pastagens Lapig (2019), Cadastro Ambiental Rural – Sicar/SFB/Mapa (2021) e desmatamento – Prodes-Inpe (2020)

² De acordo com dados processados das bases de dados: Pastagens Lapig (2019), Cadastro Ambiental Rural – Sicar/SFB/Mapa (2021), Terras Indígenas – Funai (2021), Unidades de Conservação – MMA (2021), Áreas Quilombolas – Incria (2021).

Construindo um novo protocolo de monitoramento: a vez da pecuária no Cerrado

O *Protocolo do Cerrado* teve como base de sua construção duas abordagens:

- As análises de plataformas (Forest 500, Trase e SupplyChange), compromissos setoriais (TAC, NYDF, Amsterdam Declaration, Chinese Sustainable Meat Declaration e Austrian Market Declaration), referenciais técnicos (AFi e CFA) e compromissos de empresas.
- E o *Protocolo de Monitoramento de Fornecedores de Gado da Amazônia* (ver <https://www.boinalinha.org/protocolo-de-monitoramento>).

Critérios do Protocolo de Monitoramento Voluntário de Fornecedores de Gado do Cerrado

1. Análises Geoespaciais

- 1.1. Conversão Ilegal da vegetação nativa
- 1.2. Livre de conversão e desmatamento
- 1.3. Terras Indígenas
- 1.4. Territórios Quilombolas
- 1.5. Unidades de Conservação
- 1.6. Embargo Ambiental (vetor)
- 1.7. Alteração nos limites do mapa do CAR

2. Análise de listas públicas

- 2.1. Embargo Ambiental
- 2.2. Trabalho Escravo

3. Análises de documentos

- 3.1. Cadastro Ambiental Rural – CAR
- 3.2. Guia de Trânsito Animal

4. Análise de produtividade

O objetivo foi identificar como a cadeia de valor da carne está demandando do setor de produção e processamento um posicionamento em relação ao bioma Cerrado, buscando alinhar a construção do Protocolo do Cerrado, seus critérios, regras e parâmetros, ao Protocolo unificado da Amazônia, o qual passou por exaustivo processo de debate e negociação para alcançar sua versão final em maio de 2020.

Dessa forma, em consonância com o Protocolo Unificado da Amazônia, o Protocolo do Cerrado apresenta adequações em relação às especificidades da natureza do monitoramento em cada bioma e à inclusão de oportunidades a serem consideradas futuramente.

Como o monitoramento pode incidir nas propriedades rurais de pecuária no Cerrado

Os imóveis rurais e o desmatamento a partir de 2008

Com base no estudo realizado pelo Imaflora, a **pecuária bovina ocupa, no Cerrado, 774.337, ou 73% dos imóveis rurais**, de acordo com os cadastrados realizados no Cadastro Ambiental Rural (CAR) até 22 de agosto de 2021. A referência assumida para determinar se o imóvel rural tem alguma destinação de uso para pecuária bovina foi a existência de pastagens dentro de seus limites, cuja base de dados foi o Atlas Digital das Pastagens Brasileiras – LapiG.

Retroagindo ao ano de 2008, marco temporal da implementação da Lei 12.561/2012 de Proteção da Vegetação Nativa ([Código Florestal](#)), constatamos que, de 1º de agosto de 2008 a 31 de julho de 2020, **o desmatamento acumulado no bioma Cerrado alcançou 10.925.042 ha**. Os estados com maior destaque são: Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Minas Gerais, Goiás e Bahia, sabendo-se que Mato Grosso e Maranhão ainda possuem parcela significativa de sua área no bioma Amazônia.

Desmatamento como critério para análise de fornecedores

Ao cruzar as duas informações produzidas, pode-se estimar o número de imóveis rurais destinados à pecuária com desmatamento no bioma. Na análise, considerou-se três parâmetros para o Prodes Cerrado, sendo a seleção de polígonos de desmatamento > 0,1 ha, > 1,0 ha e > 6,25 ha. Os resultados apontam que **269.031 imóveis rurais com pastagem possuem algum grau de desmatamento, perfazendo 7.545.037 ha** do total desmatado no bioma.

Ao adotar para fins de monitoramento de fornecedores de gado bovino a base mínima da metodologia Prodes Cerrado, ou seja, **polígonos de desmatamento > 1,0 ha**, encontram-se **204.695 imóveis rurais inaptos** em relação ao critério de desmatamento ilegal do Protocolo (26,4% do total de imóveis associados à pecuária bovina no bioma). Em termos de área desmatada, esses imóveis abrangeriam **98,8% do desmatamento**.

Ao adotar o mesmo parâmetro definido para o Protocolo Unificado da Amazônia para desmatamento, ou seja, **polígonos > 6,25 ha** e sobreposições dos polígonos com os imóveis rurais também > 6,25 ha, o número de imóveis rurais não conformes reduz a **93.587 unidades** (12% do total de imóveis associados à pecuária bovina no bioma) e **63,6% da área desmatada no período, ou 4.800.419 ha**.

Os resultados indicam quais caminhos podem ser adotados para os próximos passos das empresas envolvidas em viabilizar uma abordagem para o tema desmatamento, que consiga, ao mesmo tempo, abarcar a maior parte das ilegalidades existentes na cadeia e não pressionar em demasia a cadeia produtiva na implementação das ações de monitoramento da imóveis rurais privados. A medida do impacto que as empresas assumirão deve ter a mesma proporção dos programas de regularização dos produtores, que são necessários para uma cadeia responsável, caso contrário, pode se estabelecer um problema de ordem socioeconômica sem precedentes na cadeia de valor da carne no bioma Cerrado.

Áreas privadas x áreas públicas

Outras análises foram realizadas utilizando dados públicos em relação às áreas protegidas, Unidades de Conservação (UC - MMA) e Terras Indígenas (TI – Funai) e Territórios Quilombolas (TQ - Incra). Todas as bases foram as mais atuais disponíveis nas fontes de dados dos respectivos órgãos públicos.

Os parâmetros de sobreposição adotados foram os mesmos definidos no Protocolo Unificado da Amazônia, quando para UC, TI e TQ as sobreposições possuem um percentual menor de tolerância (regra técnica para reduzir erros) quanto maior for o imóvel rural.

Em linha geral, as análises revelam que um número reduzido de imóveis rurais apresenta sobreposição com áreas públicas, quando comparado ao grande número de imóveis rurais existentes no bioma, perfazendo, para os critérios adotados, um percentual inferior a 1%. Ou seja, os problemas de conflito de área, quando existentes de fato, estão localizados em poucos imóveis rurais, demonstrando que a implementação de critérios de sobreposição de áreas privadas sobre públicas para fins de monitoramento de fornecedores de gado não é um empecilho à sua adoção pelas empresas envolvidas, mesmo que possam estar concentrados em áreas específicas e pressionando mais empresas que outras.

Terras Indígenas – TI

De 774.337 imóveis rurais com pastagens identificados, 1.515 possuem áreas sobrepostas às TI³. Após a aplicação da regra técnica, **573 imóveis rurais permaneceram com as sobreposições** (0,07% do total de imóveis rurais com pastagem localizados no Cerrado). Aproximadamente 80% estão no Maranhão e Mato Grosso do Sul.

A área de TI sobrepostas aos imóveis rurais é de 309.476 ha, concentrada nos grandes imóveis privados, com 73% da área. Maranhão e Mato Grosso do Sul continuaram sendo os maiores em termos de área sobreposta.

³ TI consideradas: Declaradas, Homologadas e Regularizadas.

Unidade de Conservação – Uso Sustentável

De 774.337 imóveis rurais com pastagens identificados, 557 possuem áreas sobrepostas às UC de uso sustentável⁴. Após a aplicação da regra técnica, **330 imóveis rurais permaneceram com as sobreposições** (0,04% do total de imóveis rurais com pastagem localizados no Cerrado). Aproximadamente 55% estão no Distrito Federal e Maranhão.

A área de **UC - US sobreposta aos imóveis rurais é de 180.976 ha**, concentrada nos grandes imóveis privados, com 68% da área. Goiás, Maranhão e Minas Gerais foram os três maiores estados em termos de área sobreposta.

Unidades de Conservação – Proteção Integral

De 774.337 imóveis rurais com pastagens identificados, 1.946 possuem áreas sobrepostas às UC de proteção integral. Após a aplicação da regra técnica, **1.274 imóveis rurais permaneceram com as sobreposições** (0,16% do total de imóveis rurais com pastagem localizados no Cerrado).

Cinquenta e cinco por cento estão em Minas Gerais. Dentre as categorias de imóveis, os pequenos imóveis privados são responsáveis por 63% do número total.

A área de **UC - PI sobreposta aos imóveis rurais é de 436.872 ha**, concentrada nos grandes imóveis privados, com 78% da área. Minas Gerais continuou sendo o maior, em termos de área sobreposta.

Territórios Quilombolas

De 774.337 imóveis rurais com pastagens identificados, 1.328 possuem áreas sobrepostas às áreas Quilombolas. Após a aplicação da regra técnica, **984 imóveis rurais permaneceram com as sobreposições** (0,14% do total de imóveis rurais com pastagem localizados no Cerrado).

Quarenta e oito por cento estão em Goiás e Tocantins. Dentre as categorias de imóveis, os pequenos imóveis privados são responsáveis por 75% do número total.

A área **Quilombola sobreposta aos imóveis rurais é de 526.087 ha**, concentrada nos grandes imóveis privados e nas Populações e Comunidades Tradicionais, totalizando 80% da área. Goiás foi o estado com maior área sobreposta.



⁴ Áreas de Proteção Ambiental - APA não foram consideradas no estudo.

Tabela 1: Número de imóveis rurais com sobreposição aos critérios de monitoramento de áreas públicas, percentual total de imóveis com alguma sobreposição e percentual de imóveis em não conformidade com os critérios

	Nº imóveis	Caracterização dos imóveis no ano de 2020	% de imóveis com sobreposição	
			Total	% NC
Imóveis rurais	774.337	imóveis com pastagens no Cerrado		
Terras Indígenas	1.515	imóveis com sobreposição às Terras Indígenas	0,195	N/A
	573	imóveis com sobreposição após aplicação da regra de análise	0,073	37,8
UC – Uso Sustentável	557	imóveis com sobreposição às UC de Uso Sustentável	0,071	N/A
	330	imóveis com sobreposição após aplicação da regra de análise	0,042	52,9
UC – Proteção Integral	1.946	imóveis com sobreposição às UC de Proteção Integral	0,251	N/A
	1.274	imóveis com sobreposição após aplicação da regra de análise	0,164	65,4
Territórios Quilombolas	1.328	imóveis com sobreposição aos Territórios Quilombolas	0,171	N/A
	984	imóveis com sobreposição após aplicação da regra de análise	0,127	74,1

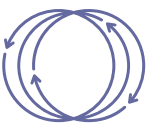
A necessária governança para avançar na eliminação do desmatamento no Cerrado

Com o advento do *Protocolo Voluntário de Monitoramento de Fornecedores de Gado no Cerrado*, uma janela de oportunidade se abre para a cadeia da carne avançar na eliminação do desmatamento e conversão de vegetação nativa no Cerrado. Ao se estabelecer como um referencial factível para a implementação do monitoramento de fornecedores de gado no bioma, as partes envolvidas e interessadas possuirão as bases iniciais para alcançar um Protocolo Unificado de Monitoramento para o Cerrado, aperfeiçoando as regras e parâmetros apresentados pelo *Protocolo Voluntário de Monitoramento de Fornecedores de Gado no Cerrado* – julho, 2021.

Contudo, partindo-se do pressuposto que todos os compromissos existentes são voluntários, privados e individuais, faz-se necessário ser constituído um ambiente de diálogo e construção colaborativa que envolva as empresas líderes no segmento que assumiram suas posições, visando ao alinhamento essencial para que um acordo setorial para o monitoramento de fornecedores de gado se institua.

Portanto, almeja-se que, com a disponibilização do Protocolo do Cerrado, o processo de constituição de uma governança seja iniciado. Espera-se que as partes envolvidas e interessadas aproveitem a movimentação posta em marcha e negociem as bases necessárias e fundamentais para que um novo passo, além do compromisso, seja dado e os problemas existentes na cadeia de abastecimento sejam solucionados, de maneira ideal, com a inclusão do setor produtivo que se encontra no bioma Cerrado.





GOOD
GROWTH
PARTNERSHIP



proforest

imaflora®



This work was created by Proforest and is licensed under the Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License. To view a copy of this license, visit <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>